

JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: ENTRE FICAR E PARTIR¹

Rodrigo Kummer*
Silvio Antônio Colognese**

*[...] ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens
ou como eles deveriam ser.
(Valmir Stropassolas)*

Resumo: o artigo faz uma análise da literatura sobre a juventude rural, particularmente relativa ao dilema dos jovens rurais entre permanecer no meio rural ou migrar para as cidades. O objetivo é evidenciar a necessidade de pesquisas específicas sobre as dinâmicas sucessórias, de permanência ou de migração dos jovens rurais. Ficar ou partir? Este é um dilema cujos resultados permanecem desequilibrados em partir e são pouco compreendidos em suas motivações. Daí a necessidade da multiplicação das pesquisas nestas direções. Entre ficar e partir atuam muitas variáveis. Mesmo por que, partir ou ficar não são alternativas sem volta. São apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; rural; migração; permanência; agricultura familiar.

Abstract: The article is an analysis of the literature on rural youth, particularly on the dilemma of rural youth between staying in rural areas or migrate to cities. The aim is to highlight the need for specific research on the dynamics of succession, residence or migration of rural youth. Stay or leave? This is a dilemma whose results remain unbalanced on leave and are poorly understood in their motivations. Hence the need of the multiplication of these research directions. Enter stay and work from many variables. Even for that, or get from free alternatives are not around. Updated again are just possibilities at each point of the trajectory of these rural youth.

KEYWORDS: youth, rural, migration, residence, family farm.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude, ou estudos sobre jovens, ocupam um espaço significativo na pesquisa brasileira. Entretanto, não abarcam de maneira efetiva toda a complexidade da realidade a que esta categoria esta relacionada.

No caso das pesquisas sobre juventude rural há uma situação paradoxal.

Percebe-se, por um lado, uma carência nos estudos, ou mais precisamente uma “carência de publicações e de espaços acadêmicos que abriguem essa temática” (CARNEIRO & CASTRO, 1997, p. 13). Por outro, existe a percepção de que essa temática atravessa um “momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação” (SPOSITO, 2007, p. 123). Castro aponta que “a juventude está na ordem do dia, ainda que não seja um tema tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa”, uma vez que segundo a pesquisadora a juventude “nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre a questão agrária”, embora essa conjuntura esteja em franca mudança (2007, p. 128).

Outros pensadores reafirmam que se vive um período onde são “numerosos” os trabalhos sobre jovens do meio rural (WANDERLEY, 2007), pontuando ainda que “todos eles tentam, com abordagens distintas, responder a questões fundamentais, tais como, quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o futuro (p. 31). Estes aspectos caracterizam o que entende por um leque ampliado de pesquisas, haja vista que não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos.

Essa discussão evidencia a impossibilidade de um tratamento meta teórico da juventude rural. As proposições de análise são pontuais e tratam de questões específicas. Como afirma Weisheimer, são dois os aspectos que chamam a atenção dos pesquisadores: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude (2005, p. 7). Nesta mesma publicação Weisheimer identificou quatro linhas gerais que estabelecem os estudos sobre juventude rural no Brasil, sendo: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar. Relatou ainda que na região Sul a maior parte das pesquisas tratam dos aspectos circunscritos a “Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar”, justificando-se pela representação dos estabelecimentos caracterizados pela agricultura familiar, manifesta em 90,5% dos estabelecimentos agrícolas da região.

Informa ainda que dentro desta temática de estudo percebem-se quatro abordagens acerca da participação dos jovens nos processos de reprodução social das famílias agrícolas. A primeira delas diz respeito à reprodução geracional na unidade de produção familiar agrícola incorporando análises da oportunidade de trabalho no espaço familiar e fora dele, o acesso à educação, a perspectiva matrimonial, as questões de herança, o envolvimento na unidade produtiva e a estrutura da unidade produtiva. A segunda refere-se aos projetos individuais (projetos profissionais e de vida) expostos pelos jovens rurais e que estabelecem uma discussão entre os interesses do jovem e do grupo familiar. A terceira da conta dos processos envolvidos na busca dos jovens filhos de agricultores por acesso à

cidadania, relativizando a noção de que o fenômeno migratório se relacione apenas a uma questão “monetarizada”, de acesso à renda. Por fim a quarta abordagem trata das questões acerca da pluriatividade como mecanismo de reprodução social da agricultura familiar.

Entretanto a questão do processo de saída dos jovens do meio rural ainda é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar. Brumer assegura que a despeito de outros aspectos, dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração” (2007, p. 36). Vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo. Assim a “invisibilidade e a migração, parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Em síntese pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas: a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual, como demonstra Brumer.

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil. (2007, p. 41).

Compreende-se a necessidade de deslocamento do problema em análise: “propõem-se que em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’” (BRUMER, 2007, p. 50). Neste sentido, ainda de acordo com Brumer, convêm investigar os espaços sociais ocupados pelos jovens rurais, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas), as condições de vida e trabalho e suas representações da ruralidade que vivenciam.

Na alocação destes “estudos por fazer” sugere-se ainda que a complexidade da categoria juventude expresse a orientação de pesquisa. Como adverte Abramo é

“impossível afirmar a existência de um padrão único de juventude” o que reitera a constatação de que “não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores” (ABRAMO, 2007, p. 69).

Uma composição articulada de discussão é a pedra de toque sobre a questão da juventude rural. Uma abordagem que não negligencie as diversidades identitárias, de gênero e das aspirações sociais que perpassam os dilemas juvenis no meio rural. Resumindo, quando se trata da juventude rural brasileira “fica a convicção da necessidade da continuidade da investigação e de sua articulação no debate nacional” (WANDERLEY, 2007, p. 33), ou como afirma Castro “o debate está posto há muito tempo e permanece” (2007, p. 131).

A CATEGORIA JUVENTUDE RURAL

Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto por que se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável. De acordo com Stropassolas (2002, p. 131), “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que considera-se esta categoria como sociologicamente problemática”. Além disso, afirma-se que a juventude representa uma categoria de análise ainda em construção.

Tomando por base a análise de Weisheimer (2009) compreende-se que a juventude representa uma fase situada entre a infância e vida adulta. O marco inicial seria o momento da conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança e o seu final estaria ligado à entrada na vida adulta.

[...] do ponto de vista das práticas sociais o *início da juventude* é representado pelo surgimento da puberdade. Esta é marcada pelo desenvolvimento de um novo porte físico e por novas exigências de disciplinamento dos corpos. Estas mudanças biológicas são acompanhadas pela incorporação de novos papéis sociais que acentuam, entre outras coisas, as distinções entre os sexos. De modo geral, podemos dizer que a entrada na fase juvenil da vida é marcada por múltiplos critérios que expressam as transformações vividas pelos indivíduos no plano biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social. [...] Por sua vez, o *término da juventude* é definido por critérios eminentemente sociológicos. O fim da juventude aparece relacionado à progressiva autonomia nos planos cívico (maioridade civil) e ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um *status* profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas

(sustento de um domicílio autônomo); e paternal (designação de uma prole dependente). Desta forma, as fronteiras que demarcam o início e o término do período do ciclo de vida caracterizado como “juventude” envolve um conjunto de fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais que tendem a variar de sociedade para sociedade. (WEISHEIMER, 2009, p. 53-54). (grifos do autor).

Tecnicamente torna-se complexo, portanto definir o momento exato de início e término da juventude. Bourdieu lembra que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias” e que “a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta” (2003, p. 151). Estabelecer, portanto, uma baliza cronológica torna-se complexo na medida em que os seres humanos não seguem um mesmo desenvolvimento cognitivo, social ou cultural, muito menos têm uma idade específica para assumirem “compromissos” sociais tidos como adultos. A idade social difere-se da idade biológica (BOURDIEU, 2003), além de que a idade não pode ser utilizada como o único critério para definir a categoria juventude (MALAGODI, 2007). Conforme Bourdieu “as classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem a qual cada um se deve ater, na qual cada um se deve manter no seu lugar” (2003, p. 152).

À guisa de qualquer dogmatismo, Golgher (2010) afirma que na maioria dos casos é considerado jovem aquele que possui entre 15 a 24 anos. A Unesco reafirma esta posição. Abramovay (1998) utiliza uma categorização para definir a juventude rural entre 15 e 29 anos – desde que resguardadas características peculiares, tais como o matrimônio, a estrutura familiar, etc. Enfim, não há uma definição consensual. No entanto o consenso se verifica no sentido de estabelecer uma vigilância quanto a essas categorizações de faixa etária, pois a sua aplicabilidade depende de análises pormenores diante de cada indivíduo ou grupo que possa ser objeto de análise sociológica.

De acordo com Amaral (et. al. 2007, p. 206), “definir a faixa de idade não é suficiente para definir o jovem. É preciso que o próprio jovem se defina como tal”. Assim há uma aproximação da teoria de Fredrik Barth (2000), que expressa à necessidade de reconhecimento por parte do indivíduo para que seja posicionado e pertencente a determinado grupo ou para usufruir e lançar mão de um código identitário. Estereotipar o jovem é colocar um rótulo que geralmente não cabe nele.

Através das pesquisas já realizadas, percebe-se que, embora os autores não estejam muito convictos quanto à aplicação da categoria juventude para

explicar os jovens rurais, parece haver consenso de que existem diversas e diferentes formas de ser e de se manifestar como jovem na contemporaneidade. A concepção de juventude entendida como uma categoria analítica, fundada em bases etárias homogêneas, deixa de ser o fundamento explicativo. As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência (AMARAL et. al, 2007, p. 218).

A operacionalização da análise da categoria juventude deve, invariavelmente, levar em conta as “muitas” juventudes manifestas em diferentes espaços. Nesse sentido é importante considerar como característica inerente à condição juvenil as inferências e influências do momento em que se encontram os jovens, entendido como uma transição que lhes colocam em sensível estado de mal estar. Decidir que caminho seguir, por qual profissão se dedicar, estudar ou não, que área de estudos optar, que local de moradia, etc., é bastante complexo. E as decisões precisam ser tomadas.

Novamente chamamos a atenção para a complexidade do processo juvenil no qual as maturidades físicas, sexuais, intelectuais, civis e profissionais não necessariamente coincidem. Destaca-se que, nesta fase, as potencialidades humanas encontram-se plenamente desenvolvidas. O indivíduo, como um ser social, passa a ser mais reflexivo do que em etapas anteriores, sua concepção de mundo e sua própria identidade vão se consolidando, e suas projeções em direção ao futuro tornam-se mais realistas. Neste processo, a afirmação social de sua individualidade é vivenciada na busca de autonomia por meio da progressiva inserção no trabalho, passando a incorporar novas responsabilidades no âmbito jurídico, familiar e social (WEISHEIMER, 2009, p. 55).

Essa conjuntura de crise, de constructo de projetos de vida e de indefinições é o elemento de caracterização de unidade do conceito de juventude segundo Malagodi (2007). Sob essas características “unificadoras” deve preponderar uma visão multidimensional referente a um cenário de “clivagens econômicas, políticas, sociais e culturais que têm agudizado o processo de exclusão social” (FREIRE & CASTRO, 2007, p. 218).

Por conta dessa diversidade temática e, por consequência, analítica e teórica a juventude tem sido considerada como ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. (WEISHEIMER, 2005; FREIRE & CASTRO, 2007). Além da consideração relativa ao matrimônio como identifica Wanderley: “a distinção entre casado e não casado está na base das representações

sociais da juventude”. (2007, p. 22). Essa condição de matrimônio está envolta ainda no processo que compreende a entrada dos jovens no mundo adulto, no campo da sexualidade e do reconhecimento recíproco diante do grupo a que pertencem.²

Ainda de acordo com Machado Pais (1993), a diversidade da juventude se manifesta pelos diferentes mapas de significação que os jovens constroem devido a maior mobilidade, a diferentes mecanismos de linguagem e de valores a que estão expostos. Weisheimer explica que, no caso objetivo das ciências sociais a juventude deve ser compreendida como uma categoria relacional entre as características inerentes e manifestas pelos jovens.

A juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe como uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de integração social, superando as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais (WEISHEIMER, 2007, p. 238).

A juventude rural, entendida como uma categoria social específica, também se configura diante da diversidade e da heterogeneidade. Isto decorre do fato de que não é apenas “estar” no espaço rural e situar-se numa baliza cronológica de idade que configura de modo claro o que “é” um jovem rural ou o que é “ser” um jovem rural. O fato de estarem vinculados à agricultura não os torna agricultores (FERREIRA & ALVES, 2009). O processo de categorização, ou mesmo de preocupação com a juventude rural se manifesta, como assinala Castro, na problemática de saída dos jovens do meio rural. É a partir deste fenômeno que passam a ser objeto de estudo.

No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estar nessa realidade, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia do campo frente à cidade. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação. [...] o que não é novo. Existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade.

Mais especificamente, os estudos do campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuíram muito para a discussão, ainda que jovem/juventude não fosse a categoria-chave de análise (CASTRO, 2007, p. 131).

A juventude rural compõe 4,5% da população o que significa pouco mais de 8 milhões de indivíduos. Sendo que essa definição corresponde à faixa etária de 15 a 24 anos, que é o período mais recorrente na definição da juventude. Entretanto, a determinação de 15 a 29 anos também é usual quando se trata de juventude rural, como afirmam Ferreira & Alves para conceitua-la: “a população residente na zona rural inserida na faixa etária de 15 a 29 anos” (2009, p. 245). Dentro deste conjunto temporal consideram-se três subconjuntos no segmento juventude: jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; jovens-jovens, de 18 a 24 anos; e jovens adultos, de 25 a 29 anos.

A transição da juventude para idade adulta, portanto, se configura pela composição de uma nova unidade produtiva, ou seja, com o casamento (FERREIRA & ALVES, 2009), dado que são raros os casos em que um jovem componha uma unidade produtiva e vá residir nela solteiro, sozinho. Entende-se que ele – pois quem tem a condição cultural de definir-se na reprodução agrícola é o rapaz – precisa de uma esposa, pois ela será fundamental na divisão social do trabalho no meio rural.

O processo de entrada na vida adulta circunscrita ao casamento revela a condição de vinculação ao espaço familiar que os jovens do meio rural estão condicionados. Os compromissos e as obrigações manifestas no seio familiar sobrepõem-se ao universo do trabalho, numa condição de compartilhamento dos dilemas produtivos e na posição que ocupam quanto à divisão social do trabalho como agricultores familiares (FERREIRA & ALVES, 2009), evidenciados no corriqueiro não assalariamento. Fato concreto não apenas para os jovens, mas também para as mulheres. Essa especificidade é, segundo Weisheimer, o fator de identificação destes indivíduos, uma vez que difere da realidade vivida pelos jovens do meio urbano.

A especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares deve-se a sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola que os difere de outros jovens do meio urbano, ou mesmo do meio rural, que não exercem esta atividade. Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares. Volta ao centro de análise a dimensão do trabalho como lócus da produção de valores materiais (produtos e serviços) e também simbólicos (ideias, representações e identidades sociais), uma vez que os jovens agricultores são membros de unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou

seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola. (WEISHEIMER, 2007, p. 239).

Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado à uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida.

De acordo com Weisheimer (2005, p. 25) a juventude rural é identificada de 14 maneiras diferentes nos estudos: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural. Neste trabalho usam-se os termos: “juventude rural”, “jovens rurais” ou “jovens agricultores”.

Cabe ressaltar que ao partir de uma definição não se pretende isolar a categoria juventude. A relação de contatos, mobilidade e construção de novas mentalidades é inerente à condição juvenil. Concorde-se com Wanderley, que adverte no sentido de que nem o isolamento nem a diluição sejam operados com essa categoria: “[...] se não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras” (2007, p. 31).

Diante da necessidade de uma abordagem articulada referente aos jovens, convém revalidar a “noção” de ruralidade interposta quando da definição desta juventude. Carneiro sublinha a existência de uma torrente de novas mentalidades no cenário rural, decorrentes, entre outros motivos, da “crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade” (2007, p. 53). Que rural, ou que campo está em análise nesse sentido? De que dimensão de rural se está falando?

Conforme as definições do IBGE o espaço rural é tido como oposição ao urbano, isto é, é rural o que não apresenta características urbanas. Baseia-se em três características fundamentais: “o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas” (WANDERLEY, 2007, p. 23). É uma identificação de semiologia prática, mas subalterna e negativa. A partir dela, e não necessariamente diretamente dela, se

constroem os estereótipos de atraso, de escassez, de inferioridade.

Esta noção relaciona-se a dualidade de território urbano como artificializado e o espaço rural como natural. Entretanto esta compilação gera a tensão referente ao debate natureza X cultura, que margeia o entendimento de que o rural, por ser espaço de natureza (“selvageria”) é também de ausência de cultura, de civilização. É associada por Castro ao processo de “desqualificação simbólica” do rural, que segundo ela “vincula o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a imagens de atraso” (2007, p. 129). O campo, como diz, é desvalorizado frente à cidade.

Por conta dessa definição vislumbra-se como população rural no Brasil um contingente de pouco mais de 30 milhões de habitantes, dentre os 190 milhões totais (IBGE, 2010). A população urbana se constitui entre os demais 160 milhões distribuídos nos 5.564 municípios. A sede municipal, independente das características de pressão antrópica – como assinala José Eli da Veiga (2004) é entendida como espaço urbano. Porém, Veiga problematiza essa noção, pois muitas destas “cidades” não comportam verdadeiras experiências urbanas. Segundo refere, o quantitativo de 16% como população rural é, na prática, mais extenso.

O Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. [...] essa tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades (VEIGA, 2004, p. 80).

Também concorda essa determinação Maria Nazareth Wanderley, para quem os pequenos municípios fazem parte do mundo rural. Segundo revela, essas cidades são espaços marcados pela “particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento”, além disso, “constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades” (2007, p. 22). Nesse sentido relativiza-se a concepção de um rural isolado, ou mesmo a dualidade entre rural e urbano. O rural é, também, um espaço influenciado pelas transformações sociais de cunho global, o que lhe confere uma interligação com a mídia, com a informatização, com a tecnificação, ainda que resguardadas as particularidades. Parafraseando o afirmado acima, pode-se dizer que o rural não é isolado, pouco menos diluído. Wanderley (2007) afirma que o rural é um espaço diferenciado, já que é o “lugar de vida”, isto é, lugar onde se vive e lugar onde se vê e se vive o mundo.

A afirmação desta perspectiva relacional do mundo rural, que o focaliza como um espaço de convivência, um local ao mesmo tempo particular e integrado

interpõem influências significativas na organização do modo de vida dos sujeitos rurais. Os jovens, por conta de uma condição eivada de paradoxos sentem e centralizam seus projetos de vida entre a dicotomia rural X urbano. Esse estreitamento das distâncias, da globalização, as dinâmicas “de fora”, como diz Carneiro (2007), se mesclam aos modos de vida das “localidades” e interferem nas perspectivas dos jovens rurais, complexificando os perfis de decisão de projetos de vida.

AS PROBLEMÁTICAS DA JUVENTUDE NA AGRICULTURA FAMILIAR

As discussões em torno da juventude rural se referem, mais detidamente, a dois polos: êxodo e permanência (BRUMER, 2007). Contudo os fatores envolvidos nessa problemática também suscitam abordagens específicas. O primeiro deles refere-se a situação de invisibilidade. Além desse tem-se: os processos de saída, isto é, os mecanismos de inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a conseqüente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo; a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer; demandas por acesso a informação (internet); demandas por acesso à renda; os processos de sucessão; os conflitos familiares e as estratégias de permanência lançadas por uma parcela desses sujeitos.

A situação de invisibilidade da juventude rural é constituída pelo não reconhecimento dessa categoria como agente social. É percebida como um grupo em crise, que precisa tomar suas decisões de acordo com a expectativa exterior. De certa maneira a ênfase na tendência migratória dos jovens é compreensível pelo fato de que essa saída é um fenômeno entendido como um problema, “pois contribui para o esvaziamento do campo e pressagia o fim do mundo rural” (FERREIRA & ALVES, 2009, p. 245).

O não atendimento das demandas, das necessidades e dos anseios dos jovens rurais, configura como diz Malagodi (2007, 202), o elemento motivador principal das saídas. Contudo, são “as dificuldades em conjunto, vividas pelo núcleo familiar, que pesam sobre a decisão de migrar”. Essas dificuldades se manifestam na estrutura de distribuição da terra e transformam-se num entrave à reprodução agrícola e na conseqüente migração dos jovens (WANDERLEY, 2007, p. 24). Como assegura Weisheimer, a falta de oportunidade de trabalho e geração de renda, dada a impossibilidade de reprodução das unidades produtivas é que levam os jovens a migrar.

Nos casos de migração é importante ressaltar que, de acordo com Golgher (2004) a saída implica o entendimento que o local de partida oferece menos ou menores condições de vida que o local de destino. Ninguém migra se não por vislumbrar uma melhoria tácita de vida no local onde passará a viver. “Mudar para pior” não faz parte do processo “decisório”, por mais que nem sempre as projeções se concretizem da maneira como o migrante tenha planejado.

Por que migram? Porque querem não apenas melhores condições de trabalho e mais bem remunerado, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens... É claro que se formos considerar suas condições materiais, nos certificamos que dificilmente eles teriam condições de concretizar esses desejos, mas é importante registrar que eles têm essa demanda, ainda que em um grau muito grande de idealização. Com isso **percebemos uma dinâmica interessante: o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto**, sobretudo pelos pesquisadores do meio rural, de ‘trabalhador em formação’, de ‘ajudante familiar’ cuja inserção na sociedade se daria apenas no mundo do trabalho e na contribuição que essa inserção possa oferecer à reprodução social de suas famílias. Temos de estar atentos, portanto, não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para os nossos olhares sobre esse segmento da população rural. (CARNEIRO, 2007, p. 78). (Grifo meu).

Quando se trata do movimento do êxodo da juventude rural outro fator latente é a perspectiva de gênero referente aos diferentes espaços de sociabilidade ocupados entre os jovens os rapazes e as moças. Invariavelmente são as moças que deixam o meio rural em maior número. De acordo com Brumer (2007) isto decorre, em grande medida, pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural, pela “invisibilidade de seu trabalho”. Ou como acrescenta Weisheimer (2007), por que culturalmente entende-se que as moças (mulheres) não trabalham (produzem), apenas ajudam (2007, p. 243). Stropassolas, referindo-se a estudo da CEPAL de 1996 afiança que o campo é, de fato, um local mais atraente para os rapazes, devido, entre outros fatores, a possibilidade de sucessão na atividade.

A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional (STROPASSOLAS, 2007, p. 286).

Constata-se que os rapazes acompanham o pai nas atividades, consideradas “produtivas” (ativas). Os rapazes vivem uma submissão relativa perante o pai. As moças geralmente acompanham a mãe nas atividades, consideradas organizativas (passivas), vivendo uma submissão total. É uma dupla submissão. Primeiro, pela autoridade etária em relação à mãe e segundo, uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino.

Carneiro reafirma essa situação ao declarar que as moças além de não serem reconhecidas como trabalhadoras agrícolas não desejam para si esse papel. Essa dinâmica impulsiona-as a abandonarem o campo e buscarem uma ocupação no meio urbano, o que provoca a masculinização das áreas rurais (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999). A concentração dos rapazes no meio rural dificulta-os a encontrarem uma parceira para casarem-se, gerando o celibato camponês. Por sua vez a ameaça do celibato influencia os rapazes também a migrarem para as cidades, abandonar a agricultura e migrar para a cidade (CARNEIRO, 2007).

Além disso, “as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade (BRUMER, 2007, p. 40). Mesmo em graus diferenciados entre rapazes e moças, os jovens rurais demandam por educação, percebendo nela uma possibilidade de melhorarem de vida. “Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda.” (WANDERLEY, 2007, p. 33). Além disso, conforme Weisheimer (2007), muitos pais incentivam os filhos a seguir os estudos, estimulando o desenvolvimento de “projetos profissionais não agrícolas”. Essa prática é mais recorrente no caso das filhas, uma vez que muitos pais esperam para elas um trabalho não-agrícola, pois entendem que “não está reservado às filhas mulheres o papel de sucessoras na administração da unidade produtiva” (WEISHEIMER, 2007, p. 247).

A escolarização portanto influi nas perspectivas de reprodução da atividade agrícola, uma vez que aproxima os jovens rurais a um universo particularmente voltado ao meio urbano, a atividades e a expectativas do cotidiano das cidades. Percebe-se que os valores sobrepostos na escola e sua ideologia, de maneira geral, são urbanos: “mais do que prepará-los para um retorno ao campo, à educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural” (FERREIRA & ALVES, 2009, p. 247). Além disso, como argumentam Ferreira & Alves o ensino rural “padece de qualidade” e demonstra muitas carências, como de estrutura, de materiais e de equipamentos.

Paradoxalmente em muitos casos a escassez de recursos impede o desenvolvimento estudantil dos jovens rurais, o que poderia arrefecer a tendência migratória. Contudo, não é apenas a busca por melhores níveis de estudo que atraem os jovens às cidades. A questão se centraliza num conjunto de “acessos”,

onde a renda ocupa lugar de destaque. A busca por inclusão digital, a comunicação interpessoal, exercem também grande pressão sob as perspectivas desses jovens. A utilização da Internet e de telefones celulares são exemplos dessa questão, dado que boa parte do meio rural brasileiro não conta com esses serviços ou os dispõe de maneira rarefeita e precária. Como sentencia Stropassolas, esses “serviços” influenciam significativamente a mentalidade deles: “muda a maneira de estar no mundo porque muda o tamanho do mundo” (STROPASSOLAS, 2007, p. 284).

O jovem rural em certa medida se vê estigmatizado diante da aproximação entre o mundo rural e urbano. Isso decorre do fato que o centro de análise urbano é valorativamente superior. Ser ou parecer rural é ser diferente do padrão social. Castro verifica que pertencem ao meio rural, “a falta de acesso a serviços e bens de consumo”, assim como a carente inserção de políticas públicas efetivas e eficientes de um modo geral (2007, p. 129), – embora Weisheimer lembre que a criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2005, a implementação do Pronaf Jovem e o Programa Nossa Primeira Terra tenham exercido interferência positiva referente à questão, mesmo que de maneira tímida. Entende-se que numa condição onde as construções simbólicas são mais notadas e manifestas isso causa maiores consequências à sociabilidade.

A partir dessa situação os jovens rurais demonstram manifestar novas demandas que se aproximam das percebidas no meio urbano. Elas se manifestam no tocante ao acesso a bens, a mobilidade, a melhoria das condições de contato social (aparência), além de contribuir nas relações afetivas e propriamente para os casamentos. Nesse sentido, alguns encontram meios de “acessar” os aspectos urbanos apenas integrando-se a ele, isto é, migrando e passando a obter renda nas cidades (CARNEIRO, 2007). Essa questão pode ser vista também como um engajamento, como refere Castro, para quem os jovens esperam e anseiam por melhores condições de lazer, melhores escolas, melhores condições de vida, tanto no campo quanto na cidade. Querem estes espaços “transformados” (2007b).

Diante da dicotomia rural/urbano as perspectivas de vida dos jovens do campo assumem, como uma tendência, a vivenciarem “o melhor dos dois mundos”. Essa noção, deliberada por Wanderley e também por Carneiro (2007), se exemplifica no processo de aproximação entre os espaços, isto é, vivenciar ambas as experiências de vida. Ter acesso a “experiências” urbanas, sem, contudo, abandonar o espaço rural ou deixar de vincular-se a ele. Adaptando o pensamento de Marshall Sahlins (1997), entende-se que o fato de os jovens quererem incorporar práticas urbanas no espaço rural, portanto, não significa a negação do rural, nem uma inversão urbana, mas adaptações, composições. Ou como diz Carneiro, “a valorização da aldeia não implica a negação aos bens imateriais e materiais urbanos” (2007, p. 63).

Na prática é a mobilidade que garante vivenciar os dois mundos, tanto para os jovens que permanecem trabalhando no meio rural e circulando no meio urbano, quanto para aqueles que fazem o contrário. Contudo, essa é uma situação que especifica “condições” sociais encontradas. Como explica Carneiro:

É certo que essa combinação do “melhor dos dois mundos” não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional (CARNEIRO, 2007, p. 60).

O elo da ligação e ao mesmo tempo de referência entre eles é a família. As relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade dos jovens rurais. As tradições familiares, como indica Wanderley, “inspiram as práticas e as estratégias do presente e o encaminhamento do futuro” (2007, p. 23). Com base no passado são lançadas as estratégias de desenvolvimento do grupo familiar. Do embate dessas estratégias com a realidade direta surgem ideais de ruptura ou de continuidade do mundo rural.

É na família que o jovem rural tem o espaço de vida, de trabalho, de vivência e de sobrevivência. É uma comunidade afetiva (WANDERLEY, 2007). Em qualquer situação, êxodo ou permanência, a existência da família e da propriedade rural (uma unidade simbiótica, pois o entendimento do que é a família passa pela compreensão do espaço produtivo que compõe) constitui um porto seguro, um referencial sempre a disposição dos jovens. Ainda assim, não significa uma percepção ufanista entre os membros e a instituição familiar. É na família que os jovens encontram seu refúgio, mas também é nela onde vivem a maior parte de seus conflitos, como sentenciar Carneiro.

Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Percebemos, então, uma relação de ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social, é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos. (CARNEIRO, 2007, p. 78).

Além de uma comunidade afetiva, a família é “uma comunidade de

interesses, que incorpora a particularidade de ser uma unidade de produção, sob a direção do pai". (WANDERLEY, 2007, p. 24). Verifica-se o peso da autoridade paterna nas decisões tomadas pelos jovens na construção de seus projetos de vida. Castro refere-se ao "peso da autoridade paterna como parte da lógica camponesa, da reprodução do campesinato" (2007, p. 133), ainda que ressalte a diversidade da manifestação dessa autoridade no espaço rural brasileiro. Ainda assim, na maior parte dos casos o jovem é percebido como submisso ao pai, principalmente "as jovens". Geralmente eles não desempenham sozinhos, atividades de gestão da propriedade familiar (WEISHEIMER, 2007, p. 242).

A força de trabalho dos jovens é importante e muito significativa na manutenção das unidades produtivas, uma vez que são dificultadas as situações de contratação de empregados nas propriedades. Os jovens estão vinculados ao trabalho, mas não a gestão e dificilmente recebem uma renda constante pelo trabalho desempenhado. Mantêm-se vinculados ao seio da propriedade rural, que estabelece um aspecto de unidade mantida graças ao esforço de todos os membros.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afiançam o cuidado de uma parte da lavoura, "um canto", "um eito". Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência. Todavia elas precisam ser negociadas entre os rapazes e o pai. Weisheimer cita que elas têm ainda uma função pedagógica, isto é, a preparação do filho como um agricultor independente. Assim, "será o domínio do saber fazer da agricultura e não a idade que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor capaz de construir uma nova família e uma unidade produtiva independente" (WEISHEIMER, 2007, p. 240), de forma que sempre figura o questionamento: o jovem candidato à sucessor é capaz de gerir a unidade produtiva por conta própria?

A reprodução da propriedade rural é, também, a reprodução do ambiente familiar e do tecido social rural, bem como a estrutura de todo setor agrícola. Inviabilizam-se ou se complicam por problemas de partilha, da divisão da terra, que na maioria dos casos é escassa demais para comportar novas divisões. Além da dificuldade para abertura de novas áreas, dada a estagnação da fronteira agrícola regional ou a distância de novas frentes a abrir.

Levando em conta pesquisas sobre sucessão agrícola em outros países, comentadas por Anita Brumer (2007), é importante ressaltar que a sucessão na propriedade rural dos pais se relaciona também com a sua localização (inserção no mercado, distribuição) e ao tamanho do estabelecimento (possibilidade de comportar investimentos e assegurar o retorno esperado). Em alguns países a sucessão se dá, geralmente, ainda com os pais em vida. No Brasil ela se dá usualmente por um processo de herança. Brumer destaca que "a maioria dos

agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidade de fazê-lo, no momento oportuno, entre os herdeiros” (BRUMER, 2007, p. 48). Porém, ao comparar os processos sucessórios entre Canadá e Brasil, Brumer traz a tona o posicionamento dos jovens que se situam entre seguirem um projeto de vida individual, autônomo, e o compromisso com a família, especificamente quando a sucessão ocorre com os pais ainda vivos. Também há a tensão entre gerações, entre os modos de ver e fazer.

É possível esperar que, no Brasil, a baixa expectativa dos jovens de se instalarem como agricultores enquanto o pai estiver vivo dificulte ainda mais que do que os jovens canadenses a relação entre o seu projeto de instalação e sua efetiva realização. Caso se deixem envolver pelos interesses familiares, permanecem trabalhando sob a autoridade paterna enquanto este for vivo; se decidirem buscar outra atividade enquanto esperam o momento da sucessão, podem perder o interesse na atividade agrícola. [...] percebem-se ainda certa tensão entre as gerações: de um lado os pais, que empregam técnicas “que estão dando certo”, e de outro os jovens, com anseios de inovação (BRUMER, 2007, p. 48).

Diante do exposto, e em resumo reafirma-se, por um lado, a necessidade de análise focalizada e aproximativa das dinâmicas sucessórias, ou de permanência, uma vez que são processos que levam em conta várias particularidades dos atores envolvidos. Por outro, a pertinência de estudos capazes de produzir uma visão mais geral da realidade brasileira como um todo, “focalizando diferentes arranjos econômicos e situações familiares” (BRUMER, 2007, p. 50). A juventude rural, por meio de suas significativas variáveis inscreve-se, de forma inexorável a ordem de discussão da atualidade. Discussões pertinentes porque necessárias e talvez, urgentes. Ficar ou partir? Este é um dilema cujos resultados permanecem desequilibrados e pouco compreendidos. Daí a necessidade da multiplicação das pesquisas nestas áreas. Entre ficar e partir atuam muitas variáveis. Mesmo por que, partir ou ficar não são alternativas sem volta. São apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais.

NOTAS

*Mestre em Ciências Sociais pela Unioeste/Campus de Toledo e docente da Unipar/Campus de Francisco Beltrão-PR.

**Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997) e docente efetivo da Unioeste/Campus de Toledo, onde coordena o Mestrado em Ciências Sociais

¹O artigo é uma versão modificada da discussão teórica realizada por Kummer (2013), sob a orientação de Colognese, particularmente sobre a problemática da juventude rural.

²Conforme o exemplo de Bourdieu, os jovens (adolescentes) que abandonam a escola para trabalhar e alcançar dinheiro têm um objetivo muito claro, uma vez que “ter dinheiro é muito importante como afirmação perante os amigos, perante as raparigas, permite-lhes saírem com os amigos e com as raparigas, e serem reconhecidos e reconhecerem-se como ‘homens’” (2003, p. 155).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. Debate. *In*: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ABRAMOVAY, R. [et. al.]. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

AMARAL, R. W. do. [et. al.]. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. *In*: JEOLÁS, L. S. [et. al.]. **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2007.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRUMER, A. *et al.* **Como Será o Campo Amanhã?** A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTRO, E. G. de. Balanço e perspectivas. *In*: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E.G. de. Debate. *In*: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FERREIRA, B & ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (orgs.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FREIRE, J. S.; CASTRO, E. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. *In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOLGHER, A. B. **Diálogos com o ensino médio 3: o estudante jovem no Brasil e a inserção no mercado de trabalho**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

KUMMER, R. **Juventude rural entre ficar e partir**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste. Toledo, junho de 2013. Orientador: Silvio Antônio Colognese. Pp.310.

MALAGODI, Edgard; MARQUES, Roberto. Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. *In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

SAHLINS, M. **O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II)**. Mana: Porto Alegre, vol. 3, n. 2. P. 103-150, 1997.

STROPASSOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de doutorado em Sociologia. UFRGS, 2009.

_____. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. *In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

